

## Reparações e Dívidas Aliadas no Entreguerras: de Versalhes (1919) a Lausanne (1932)

Reparations and Allied Debts in the Period Between Wars: from Versailles (1919) to Lausanne (1932)

Sarah Gonçalves Patrocínio Sartório<sup>a</sup>  
Arthur Osvaldo Colombo<sup>b</sup>  
Diego Gonçalves Favorato<sup>c</sup>

**Resumo:** O artigo se propõe a explicitar os principais desdobramentos dos pagamentos das reparações da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) impostas à Alemanha. Neste, inicialmente são mencionadas as perdas humanas e materiais devido à Primeira Guerra Mundial. Ao final da guerra, uma nova reorganização territorial da Europa iria emergir, com a desintegração de impérios e o surgimento de novos países. Ao final, discute-se os reparos de guerra instituídos no Tratado de Paz de Versalhes (1919), de modo que as dificuldades econômicas enfrentadas pela Alemanha e pela França, em específico, surgem como ponto central da discussão deste artigo.

**Palavras-chave:** Guerra; Tratado de Versalhes; Alemanha; França; Schacht.  
**Classificação JEL:** N14; N34; N44; F51.

**Abstract:** The article proposes to explain the main developments of World War I reparation (1914-1918) imposed on Germany. Human and material losses due to World War I are initially mentioned. By the end of the war a new territorial reorganization of Europe would emerge, with the disintegration of empires and the emergence of new countries. Finally, war reparations instituted in the Versailles Peace Treaty (1919) are discussed, so that economic difficulties faced by Germany and France, in particular, appear as the central point of the discussion of this article.

**Keywords:** War, Treaty of Versailles, Germany; France; Schacht.  
**JEL Classification:** N14; N34; N44; F51.

---

<sup>a</sup> Sarah Gonçalves Patrocínio Sartório. Doutoranda em Economia pelo Cedeplar/UFMG. E-mail: [sarahpatrocinio@hotmail.com](mailto:sarahpatrocinio@hotmail.com)

<sup>b</sup> Arthur Osvaldo Colombo. Doutorando em Economia no Programa de Pós-graduação em Economia da Indústria e Tecnologia da UFRJ. E-mail: [arthur\\_colombao@hotmail.com](mailto:arthur_colombao@hotmail.com)

<sup>c</sup> Diego Gonçalves Favorato. Mestre em Economia pela UFES. E-mail: [dfavorato@gmail.com](mailto:dfavorato@gmail.com)

## 1. Introdução

Em 11 de novembro de 1918 foi firmado o Armistício entre alemães e o bloco dos aliados ocidentais, dando fim ao mais sangrento conflito que o mundo havia conhecido, a Primeira Guerra Mundial (Mazzucchelli, 2009, p. 49). Em junho do ano seguinte foi celebrado o Tratado de Paz, o qual se assentou sobre dois conceitos essenciais: a perda de território e a indenização financeira a ser paga pelo país tido como responsável pela guerra.

A Alemanha tinha provocado a guerra. Tão óbvia era esta afirmação aos olhos dos aliados que nem sentiram a necessidade de fundamentar tal afirmação no texto do Tratado de Versalhes<sup>1</sup>. Os termos do referido tratado não deixaram dúvidas sobre a pretensão do bloco dos aliados em retardar o reerguimento econômico da Alemanha, o que a tornou poucos anos depois em uma nação ansiosa por revanche (Keynes, 2002, p. 156; Schacht, 1931, p. 7).

No que segue, o artigo procura examinar brevemente o impacto da Primeira Guerra Mundial, de maneira em que mostrar-se-á a nova reorganização territorial da Europa, bem como o montante de vítimas e dívidas deixadas pela guerra. Também se discute as reparações de guerra impostas à Alemanha pelo Tratado de Versalhes, tratando de maneira detalhada os desdobramentos destes reparos devidos aos aliados. Não obstante, o artigo mostra, ainda, as distintas concepções sobre o Tratado de Versalhes e os montantes pagos pela Alemanha. Na concepção de economistas como Hjalmar Schacht, as reparações pagas pela nação germânica eram absurdas. Já autores, como Sally Marks, viam certo exagero dos alemães em classificar as reparações como excepcionalmente inviáveis.

Assim, por meio de uma vasta pesquisa bibliográfica, o presente artigo busca elencar como se deu as tratativas para a elaboração das reparações com o Tratado de Versalhes, bem como acerca dos pagamentos das dívidas por parte da Alemanha, as quais foram discutidas em diversas conferências pela Europa. Desta forma, além desta introdução, o artigo é composto por duas seções e a conclusão. Na primeira seção será abordada a Primeira Guerra Mundial e suas consequências, principalmente no que diz respeito às vítimas e às dívidas provenientes da guerra, com foco nas dívidas alemãs. A segunda seção apresenta as reparações de guerra impostas à Alemanha, os desdobramentos destes pagamentos, além dos planos criados para o auxílio das reparações. Por último, numa terceira seção consta a conclusão do trabalho.

## 2. A Guerra Mundial e suas Consequências

A IGM – chamada à época de Grande Guerra - marcou uma profunda ruptura entre o antes e o depois da história europeia e mundial. (Hobsbawm, 1995, p. 30). As principais

---

<sup>1</sup> No decorrer do trabalho, leia-se “aliados” como os vitoriosos na guerra, ou seja, países integrantes da Tríplice Entente (EUA, França, Reino Unido e os demais).

potências europeias embarcaram numa guerra generalizada, e dividiram-se em duas grandes alianças diplomáticas: a primeira, a Tríplice Aliança, era inicialmente composta pelo Império Alemão, Império Austro-Húngaro e Itália. Ainda no ano de 1914, o Império Otomano entra na guerra por meio de uma aliança Germano-Otomana. A segunda era Tríplice Entente, constituída pelo Reino Unido, França e o Império Russo, em apoio a Sérvia. Mais tarde a Tríplice Entente recebeu a adesão dos Estados Unidos da América (EUA) (Hobsbawm, 1988, p. 432).

É importante ratificar que em ambos os lados da contenda esperava-se que a guerra fosse de curta duração - cerca de 4 meses no máximo - de modo que todos pudessem passar o Natal com suas famílias. Todavia, as expectativas de que a guerra seria curta, edificante e até “divertida”, deram lugar a um desagradável sentimento acerca da enormidade e da intratabilidade dos infundáveis combates. Sobre esta questão, Schacht faz uma comparação: “enquanto a guerra franco-prussiana de 1870, durou sete meses, a Primeira Guerra Mundial levou mais de cinquenta meses” (Schacht, 1967, p. 77, tradução dos autores)<sup>2</sup>.

Nesse “tipo de guerra”, o Estado, a sociedade e a produção industrial voltam-se, exclusivamente, para sustentar o esforço de guerra; ou seja, é a junção dos meios nacionais com os avanços tecnológicos. Por este motivo, a produção agrícola e industrial exigia uma plena consciência de organização e administração, pois a guerra total era, na verdade, o maior empreendimento até então conhecido do homem. Queria-se, inclusive, que a escala de produção da guerra fosse planejada para operar nos tempos de paz, embora seja sabido que algumas indústrias, como a têxtil (que fabricava os uniformes militares), inevitavelmente sentiriam um impacto de queda na demanda maior que outros segmentos da indústria (Hobsbawm, 1995, p. 52). Assim, observa-se que os terríveis acontecimentos entre 1914-1918 deixaram marcas cravadas nos homens, nas famílias, nas sociedades e nos Estados. As mortes, as privações e os traumas vividos causaram feridas profundas, de modo que o desejo de cicatrizar essas feridas suscitou em muitos a utopia de voltar aos tempos dourados da *Belle Époque* (Mazzucchelli, 2009, p. 38).

## 2.1. As Vítimas e as Dívidas da Guerra

O fim da Grande Guerra foi marcado pela derrota da Tríplice Aliança e, portanto, também a derrota da Alemanha. As mudanças foram drásticas, dinastias seculares e impérios, como o Alemão, o Austro-Húngaro e o Turco, foram varridos do mapa, dando lugar a novos países. Dessa maneira, o mapa-múndi foi redesenhado e a Europa perdeu a exclusividade dos assuntos geopolíticos internacionais. Destarte, abriu-se uma época de grandes transformações, onde “mudar o mundo” havia deixado de ser apenas uma expressão retórica, e a prática revolucionária estava na ordem do dia, vide o exemplo da Revolução Russa de 1917 (Araújo, 2009).

---

<sup>2</sup> “*The Franco-Prussian war of 1870 lasted seven months, the First World War took more than fifty months*”.

Em 1919 as forças aliadas que venceram a IGM realizaram uma Conferência de Paz na cidade de Versalhes, na França, para tratar das estratégias que garantiriam a paz no continente europeu. Com o passar dos dias, a Conferência foi relegando a garantia da paz a um plano secundário, e foi se revelando uma reunião cujo fim era apenas estipular quanto a Alemanha deveria pagar pelas perdas decorrentes da Grande Guerra. O resultado da Conferência ficou exposto no Tratado de Versalhes. As pressões do tempo tornaram-se tão agudas que este foi, ao final, lançado como uma grande enxurrada. Ademais, apesar do tratado ter sido elaborado por um comitê internacional, este não fora devidamente coordenado, haja vista as diferentes opiniões e posicionamentos das nações vencedoras (Couto; Hackl, 2007). Todavia, suspeitava-se que poucos haviam lido o tratado de paz na íntegra, e por isso acreditava-se que ninguém estava muito certo do conteúdo deste. Este longo documento foi apresentado aos alemães em uma tensa cerimônia no Palácio de Versalhes, no dia 7 de maio de 1919. Essencialmente sob a forma de um ultimato, o tratado foi assinado pelos aliados e pelos representantes alemães em 28 de junho de 1919, exatos 5 anos após o estopim do conflito (Marks, 2003, p. 12).

Segundo Joaquim Couto e Gilberto Hackl (2007), dentre as 440 cláusulas das mais de 200 páginas do tratado, as imposições que trouxeram maiores consequências à economia alemã foram:

- (a) o pagamento de reparações de guerra aos países vencedores, cujo valor seria posteriormente definido;
- b) a destruição de todos os armamentos e equipamentos de guerra alemães;
- (c) a proibição de edificar qualquer espécie de construção militar na região das margens do rio Reno;
- (d) a perda da região mineradora do Sarre para a França, como compensação aos prejuízos causados durante o conflito;
- (e) a entrega de oficiais alemães nominalmente escolhidos para julgamento;
- (f) a imposição à Alemanha de toda a responsabilidade moral pela guerra;
- (g) a perda dos territórios do Togo (para a Grã-Bretanha e a França), de Camarões (para a França), da Tanzânia e Namíbia (para a Grã-Bretanha), de Ruanda-Burundi (para a Bélgica), das Ilhas Marianas e Ilhas Carolinas (para o Japão), do Arquipélago de Bismarck (para a Austrália), além da anexação da região da Alsácia-Lorena pela França e da anexação das regiões germânicas da Pomerânia, Prússia Ocidental e Alta Silésia pela Polônia (Couto; Hackl, 2007, p. 314-315).

Observa-se que o empenho dos aliados estava em assegurar que a Alemanha depois da guerra não tivesse mais recursos industriais ou militares para iniciar outro conflito. Era a chamada “Vitória Total” sobre os alemães. Entretanto, é interessante notar o paradoxo que são essas imposições feitas à Alemanha, pois para assegurar que as dívidas de guerra fossem pagas seria preciso promover o desenvolvimento e prosperidade da Alemanha, correndo um grande risco de que, uma vez próspera, ela não mais aceitaria ser explorada durante muito mais tempo pelos seus vencedores (Becker, 2011, p. 68). A alegação dos vencedores de que os perdedores deveriam compensar os gastos que estes primeiros tiveram com a guerra era algo desproporcional à realidade da Alemanha, pois esta havia gasto todas as suas reservas de ouro durante o curso da guerra e, portanto, se considerava incapaz de pagar os custos estimados. O custo estimado da guerra foi de 850 bilhões de marcos de ouro, dos quais 700 bilhões eram visados por parte dos países da Tríplice Entente, pois acreditavam que era o valor que a Alemanha deveria pagar pelos danos da

guerra. Porém, como o marco alemão só tinha poder de compra na Alemanha, os vencedores voltaram aos métodos de compensação da história antiga. Todos os bens que poderiam ser úteis foram levados, como carvão, potássio, navios, vagões, locomotivas, produtos químicos, aço e outros produtos industriais. Tal movimento gerou oposição por parte dos países vitoriosos, pois suas indústrias queriam vender produtos entre os países (Schacht, 1967).

Para a França, “qualquer desfecho que não algemasse ou incapacitasse o *Kaiserreich* serviria apenas para dar à Alemanha uma oportunidade de retomar o conflito” (Hastings, 2014, p. 587). Parecia existir apenas uma única doutrina econômica na cartilha das finanças da França: a obtenção dos pagamentos de reparação da Alemanha. Contudo, sem o apoio de seus aliados, especialmente dos EUA e da Inglaterra, a França, a rigor, não detinha pujança material e militar suficiente para impor a sua vontade à Alemanha (Arthmar, 2011). Os Estados Unidos, porém, tinham a convicção de que “a recuperação econômica da Alemanha consistia em fator essencial ao progresso de uma Europa pacificada, o que significava, no plano prático, uma maior moderação nas pretensões francesas de extrair o máximo de reparações do inimigo” (Arthmar, 2002, p. 108).

Nota-se, com isso, que o objetivo americano era de conceber uma paz mais justa, e não punitiva, a partir do Tratado de Versalhes, criando uma nova ordem mundial baseada na Liga das Nações, ainda que ao seu modo protecionista e isolacionista quanto às políticas internacionais. Assim, de maneira gradual e dentro da ordem existente, as nações desfavorecidas seriam, por etapas, incorporadas a um sistema cada vez mais próspero e equilibrado pautado no padrão-ouro (Costigliola, 1984, p. 25).

Os britânicos, por sua vez, estavam com o pensamento alinhado com os americanos, pois reconheciam que a recuperação do Estado Alemão era importante para o comércio internacional, sobretudo para reanimar a sua economia interna. Afinal, a Grã-Bretanha queria evitar contrariar desnecessariamente os EUA, a fim de ter uma política comum com eles – política “anglo-americana”. De fato, os norte-americanos eram os únicos com quem os britânicos nutriam um relacionamento estratégico especial, principalmente no período entre 1919-1920, quando sofriam aflições e agruras<sup>3</sup> (Ferris, 1989, p. 41). Todavia, é importante mencionar que a Grã-Bretanha buscava recuperar o seu nível de exportações à Europa. Por isso, havia um receio de a Alemanha fazer uma política de exportação mais agressiva, o que geraria uma intensa competição pelos mercados continentais (Nogueira, 2010). Mas sabe-se que isso só se estabeleceria caso a Alemanha fosse coagida a obter expressivos superávits comerciais, a fim de angariar as divisas necessárias ao pagamento das reparações. Por isso, a Inglaterra tentava neutralizar os ânimos da potência vizinha, a França (Arthmar, 2002, p. 107).

Segundo John Ferris (1989), ora afirmava-se que o poderio francês era essencial para a estabilidade europeia, ora afirmava-se que apenas uma aliança com a França

---

<sup>3</sup> As agruras aqui mencionadas são produto da desordem que imperava nos países europeus no período imediato do pós IGM, devido à indefinição desses países em congregarem-se mais rapidamente ao sistema de padrão-ouro.

poderia garantir a segurança britânica contra a Alemanha. Jean-Jacques Becker (2011), no entanto, afirmava que o essencial era na verdade, duas coisas: o comportamento da opinião francesa e da opinião norte-americana. A opinião francesa, pois foi a França quem suportou as agruras da guerra, e a opinião americana, porque foram definitivos para o ganho da guerra. Nesta altura das circunstâncias, a opinião francesa estava mais preocupada em retomar a vida normal de antes da guerra, livrar-se da crise econômica, das greves, do que discorrer sobre vantagens e falhas de um tratado imposto pelos anglo-saxões (Becker, 2011, p. 175).

Para Frederico Mazzucchelli (2009, p. 50), a intransigência francesa no tocante às reparações alemãs tinha raízes profundas, que remontavam duas dolorosas memórias: a Guerra Franco-Prussiana (1870), bem como o tratado assinado ao fim desta, o Tratado de Frankfurt (1871); e o expansionismo alemão após Bismarck (1890). Sabe-se que neste tratado foram estipuladas pesadas reparações a serem pagas pela França à Prússia – um dos reinos do que viria a ser o império alemão -. O valor estipulado foi da ordem de cinco bilhões de francos, o equivalente a uma quarta parte da renda nacional francesa no ano de 1869. O resgate desse débito fora requisito para a retirada das forças de ocupação no território francês. O pagamento foi integralmente efetuado e dividido em quatro prestações - em que a última parcela foi paga 8 meses antecipada- na forma de ouro, divisas e letras comerciais (Moulton; Lewis, 1926, p. 439-448). À vista disto, pode-se observar que a França pagou caro por se tornar o principal palco do teatro de operação da Grande Guerra: o país mobilizou o maior número de soldados – aproximadamente 8 milhões – entre os beligerantes, sofrendo as mais severas perdas entre todas as grandes potências.

Como pode-se observar na Tabela 1: um percentual de 17% dos recrutados para a guerra foram mortos (cerca de 1,3 milhões de pessoas), o que corresponde a 3,4% da sua população no ano de 1914. Da sua força total mobilizada (FTM), 78% foi vitimada durante o conflito, o equivalente a mais de 6 milhões de pessoas entre mortos, feridos, prisioneiros e desaparecidos (Hastings, 2014, p. 589 e 597). Em vista disso, a vitória aliada e a Conferência da Paz somente fizeram agravar os problemas financeiros da França. De um lado, as perdas humanas, os milhares de mutilados e a devastação dos territórios ocupados pelos alemães aumentaram vigorosamente os desembolsos orçamentários nas rubricas de pensões, indenizações e reconstrução.

De outro, as reparações vultosas estipuladas à Alemanha bloqueavam qualquer iniciativa interna de avanço significativo dos impostos, e até mesmo insinuações de tais medidas eram logo trazidas como tentativas de penalizar a população francesa em favor do inimigo, o grande devedor da nação. Assim, o governo francês buscava a expansão do endividamento interno no intuito de cobrir os déficits recorrentes de suas contas (Arthmar, 2011).

A Tabela 1 apresenta com alguma exatidão o número de militares envolvidos na IGM. Todavia, é importante frisar que é ainda mais difícil estimar com precisão o número de morte de civis, pois muitos padeceram por desnutrição e doenças relacionadas às condições insalubres do ambiente de guerra. Números mais precisos ainda estão em

discussão, pois existem diferentes definições e parâmetros que podem ser utilizados como medida. Isso porque, enquanto alguns países conseguiram manter em segurança um vasto acervo de registros de fontes oficiais, outros não mantiveram praticamente nenhum. Ainda assim, a estimativa de mortos a nível global, de quase 10 milhões de militares e 6,5 milhões de civis, dá alguma ideia da magnitude da catástrofe (British Council, 2014, p. 26).

**Tabela 1 - Relação do Total de Vítimas da Grande Guerra por País**

País	Força Total Mobilizada (FTM)	Total de Vítimas	Mortos %	% Vítimas por FTM
<b>França</b>	7.891.000	6.178.800	17%	78%
<b>Império Austro-Rússia</b>	9.000.000	6.920.000	12%	77%
<b>Rússia</b>	15.798.000	9.250.000	11%	59%
<b>Alemanha</b>	13.200.000	7.405.858	15%	56%
<b>Império Otomano</b>	2.998.000	1.454.000	27%	48%
<b>Império Britânico e Domínios</b>	8.904.467	3.190.235	10%	36%
<b>Total</b>	<b>57.971.467</b>	<b>34.398.893</b>	15%	60%

Fonte: British Council, (2014, p. 24).

Nota: dados adaptados e ranqueados pelos autores pela maior percentual (%) de Vítimas por FTM. Entende-se por vítima: mortos, feridos, prisioneiros e desaparecidos. O quadro se ateve a apresentar os dados dos principais países de cada bloco do conflito: Tríplice Aliança e Tríplice Entente (aliados).

Além das mortes, a guerra também demonstrou a supremacia do poder financeiro como base do poder econômico, sendo este a base para o poder militar. De um modo geral, os governos consideravam as finanças como um elemento mais importante de poder do que a força armada. Um exemplo disso é que, ao final da guerra, o crédito fora considerado a fonte de todo poder econômico de uma nação. A ideia era: “se o crédito realizou tanto durante um período de destruição, o que não poderia realizar então em um período de reconstrução?” (Ferris, 1989, p. 34, tradução dos autores)<sup>4</sup>.

A resposta não era simples, e os caminhos eram diversos. A França, por exemplo, pegou empréstimos não só para financiar a reconstrução das áreas devastadas, mas também para realizar muitas outras políticas nacionais, como repassar estes créditos aos seus estados em uma escala muito ampliada. A Grã-Bretanha, por sua vez, escolheu o caminho mais doloroso; escolheu liquidar os dividendos existentes antes de pegar mais crédito. Por isso, conseguiu atingir uma posição financeira de solvência básica. A política de crédito alemã se assemelha mais com a da França do que com a da Grã-Bretanha, devido ao financiamento interno, as obrigações das reparações e a inflação da moeda (Moulton; Lewis, 1926, p. 176-181).

<sup>4</sup> “[...] if credit did so much during a period of destruction, what could it not then do in a period of reconstruction?”

A intenção da Alemanha em pegar uma série de empréstimos internacionais era de indenizar os governos aliados, uma vez que assim “preservaria os recursos da nação, evitaria a tributação dos cidadãos alemães e exigiria uma reformulação da escala de pagamentos em condições mais aceitáveis para os bancos norte-americanos comprometidos com o país” (Arthmar, 2002, p. 107). Entretanto, o que ninguém sequer imaginaria era que os dias de amargura não haviam ainda se encerrado. Pouco mais de um ano após o Armistício, em maio de 1920, a economia internacional sofreria um dos maiores abalos já noticiados em sua história: o colapso das bolsas de valores. As vendas e a produção ao redor do mundo, em todos os ramos do atacado e do varejo, em especial na América do Norte e na Europa, despencaram assustadoramente, roubando de uma hora para outra o sustento de milhões de trabalhadores remessados ao desemprego.

Uma vez que os países especializados na produção primária eram os principais compradores dos artigos manufaturados no mercado internacional, o colapso da bolsa não ficou restrito à periferia do sistema econômico mundial. Houve impacto direto nas economias europeias industrializadas, de maneira que nenhuma nação saiu completamente “ílesa”. A produção mundial como um todo sentiu o golpe desta grave depressão. O encadeamento desses efeitos ampliou em várias vezes o choque deflacionário original, de modo que somente no ano de 1924 o comércio internacional voltaria a deslocar um volume de cargas igual ao de 1913. Esse contágio mundial demonstra que “o atrito internacional no período do imperialismo era global e endêmico, que ninguém sabia muito bem em que direção as contracorrentes dos interesses, temores e ambições, suas e de outras nações” (Hobsbawm, 1988, p.279).

Na França, por exemplo, Emile Moreau, Diretor Geral do Banco da França (1926-1930), receava que um quadro provável de depreciação do franco viesse a exigir taxas de juros cada vez mais elevadas para a rolagem da dívida pública. Se esta situação se concretizasse, o Banco da França não teria reservas suficientes para estancar o processo e, com vistas a superar o problema, Moreau teria de recorrer aos empréstimos externos. Todavia, esta solução estava obstruída pela falta de aprovação dos acordos sobre as dívidas interaliadas, expressas na Tabela 2 (Arthmar, 2011, p.191 e 197).

**Tabela 2 – O Endividamento Interaliado Referente ao Ano de 1923  
(Valores nominais em dólares – 00,00 omitidos)**

Devedores	Credores					
	Grã-Bretanha	França	Itália	Rússia	EUA	Total
Grã-Bretanha	-	359.8	133.8	1.265.2	4.661.0	6.419.8
França	2.927.6	-	96.6	-	3.990.7	7.014.9
Itália	2.568.6	163.9	-	-	2.015.0	4.747.5
Rússia	4.322.0	1.165.7	7.2	-	241.9	5.735.9
EUA	-	-	2.8	-	-	2.8
Total	9.818.2	1.689.4	240.4	1.265.2	10.908.6	23.921.8

Fonte: Fisk (1924, p. 9).

Nota: dados adaptados pelos autores, apresentando apenas os principais países da Tríplice Entente.

É importante destacar que o total da Tabela 2 (\$23.921.800) representa 85% do total apresentando por Fisk (\$28.261.100), utilizando os montantes de apenas 5 países. Essa diferença (\$4.239.300) entre os totais foi esmiuçado pelo autor na contabilidade dos empréstimos de outros 20 países, além dos países de domínio do Império Britânico.

Segundo Bonnefous (1960, p.134-135) no ano de 1924, a dívida da França com os EUA somava 3,7 bilhões de dólares e, com a Inglaterra, 627 milhões de libras. No entendimento da França, tais valores sequer deveriam ser cobrados por se tratarem de parte do esforço de guerra aliado. Essa posição, porém, era contrária ao entendimento dos EUA, que impuseram um embargo financeiro ao país até a resolução definitiva da questão, ou seja, até que fossem realizados os devidos pagamentos das dívidas.

Keynes (2002)<sup>5</sup> apontava que para uma reestruturação dos países afligidos pela guerra seria necessário o cancelamento das dívidas interaliadas. Alguns países não concordaram de início, principalmente os EUA, que como demonstra a tabela 2 eram os maiores credores. França e Itália seriam altamente beneficiados, haja vista as grandes cifras que ambas as nações respectivamente apresentavam em débito. Além disso, também seria necessária, na visão do autor, uma ampla disponibilidade de crédito por parte dos EUA, que serviria para restabelecer o sistema financeiro europeu que se encontrava em sua grande maioria à beira da ruína.

O governo dos EUA estava tentando encerrar suas atividades de empréstimo e, para isso, ele queria forçar a Grã-Bretanha a combinar os acertos dos créditos cedidos. Os britânicos, preocupados com o equilíbrio na balança de pagamentos, não estavam dispostos a aumentar o próprio endividamento por meio da concessão de créditos abertos a terceiros. Sobre o crítico caso francês, não havia esperança de que o congresso americano aprovaria o cancelamento dos empréstimos ou qualquer ação que reduzisse seu valor (Orde, 1990, p. 32 e 40).

Essa recusa americana de cooperação fez com que os franceses se voltassem novamente para a questão das reparações de guerra a serem pagas pela Alemanha. Segundo Jean-Jacques Becker (2011, p. 186-188), a morosidade nos pagamentos por parte da Alemanha estava assentada em dois principais motivos: porque os alemães incrementavam meios para não pagar (nem o mínimo possível) e em virtude das tentativas da França de se apossar “indevidamente” do território alemão às margens do rio Reno. Em defesa da Alemanha, Schacht (1999, p. 186) escreve que “a política financeira se adaptou à guerra, silenciosa e totalmente”, de modo que as exigências econômicas se tornaram constantes e crescentes. Ao fim, os países beligerantes que participaram da IGM saíram do conflito de maneira muito semelhante: com problemas fiscais e monetários. Ademais, o economista também acredita que os custos da guerra podem ter sido a razão para as proporções astronômicas que os aliados avaliaram o pagamento dos danos de guerra.

---

<sup>5</sup> Esta é a versão traduzida da obra original de Keynes “As consequências econômicas da paz” (1919) elaborada por Marcelo de Paiva Abreu (Abreu, 2002).

Por isto, após as informações apresentadas ao longo deste artigo, abre-se uma possibilidade de interpretação em que, diferentemente do que é comumente acreditado, a IGM não cessou em virtude das batalhas, das greves ou das revoltas civis. Por intermédio desta visão, coloca-se na perene fuga dos recursos econômicos das nações beligerantes - em especial a Grã-Bretanha, França e Alemanha - a responsabilidade pelo colapso da IGM.

Por último, Schacht (1967, p. 97) escreve que a IGM deixou duas grandes lições para futuros belicistas. Em primeiro lugar, é necessário possuir uma quantidade de matérias-primas e alimentos suficientes para cobrir todas as necessidades durante a guerra, ou pelo menos pela duração de tempo pela qual ela está prevista. Em segundo lugar, aqueles que estão em guerra devem estar preparados, se necessário, para dedicar toda a renda nacional ao esforço de guerra, e que os sacrifícios necessários devem ser distribuídos de maneira justa e uniforme.

### 3. Os Desdobramentos dos Pagamentos

Há ao menos duas interpretações principais para o Tratado de Versalhes. A primeira é de John Maynard Keynes, em seu livro “As Consequências Econômicas da Paz” (1919), onde ele é condolente ao sentimento alemão e enxerga o tratado de forma exageradamente perversa. Keynes acreditava que o tratado não continha qualquer disposição orientada para a recuperação da Europa, mas sim um revanchismo principalmente por parte de Clemenceau, que queria esmagar a economia alemã.

Na segunda interpretação, Schacht argumenta que o Tratado de Versalhes exigiu da Alemanha não apenas compensações pelos danos causados à população civil dos aliados e suas propriedades, mas também impôs ao país uma enorme indenização, astuciosamente escondida sob a palavra “reparação”, causando à Alemanha uma vergonha moral. Segundo Schacht (1931, p. 4), a imoralidade do tratado foi reconhecida desde o início, não apenas dentro do país, mas também no exterior, por vários países membros do grupo dos aliados, em especial pelos EUA.

Na concepção de Schacht (1931, p. 7), é preciso abandonar a ótica do Tratado de Versalhes, a qual enxerga a Alemanha e os seus aliados como os únicos responsáveis pela guerra. Tal concepção, segundo ele, baseou-se em evidências incompletas e nem sempre sólidas. Essa premissa questionada por Schacht está posta no artigo 231 do tratado, o qual complementa e justifica o artigo 232. São elas:

231 - Os governos aliados e associados declaram e a Alemanha reconhece que ela e seus aliados são responsáveis por todas as perdas e todos os danos sofridos pelos governos aliados e associados e seus cidadãos em consequência da guerra que lhes foi imposta pela agressão da Alemanha e de seus aliados;

232- A Alemanha se compromete a reparar todos os danos causados à população civil das potências aliadas e a seus bens (Becker, 2011, p. 62).

Estes artigos estão entre as mais famosas cláusulas desse documento, pois são onde mais se concentram as críticas de prós e contras do tratado. Por exemplo, no

entendimento Keynesiano, o artigo 231 impõe à Alemanha duras sanções e reparações despropositadas (Mazzucchelli, 2009, p. 53). Já para Marks (2003, p. 14), esse artigo foi definido de forma pouco precisa, o que levou para ao longo da história uma ideia de que houve muita hostilidade com o povo alemão. Para a autora, essa ideia não passa de um truque “onde os países vitoriosos poderiam assegurar ao eleitorado que ganhariam muito mais do que foi pedido, e os políticos alemães poderiam angariar votos ao lutar contra estas supostas demandas de ordem astronômicas”.

Um segundo ponto de vista é a visão de Sally Marks, que aponta as fantasias malévolas acerca do referido documento. Em seu livro “A Ilusão da Paz” (2003), Marks descreve que a verdadeira dificuldade não era que o tratado fosse excepcionalmente injusto, mas que os alemães pensaram que era, e com o tempo convenceram aos outros de que o tratado era abusivo.

Sobre o Artigo 232, Marks (2003, p. 15) diz ainda que este restringe o artigo anterior (231), de modo que a responsabilidade dos civis está calçada no comprometimento com os reparos da guerra, ou seja, com as indenizações. Sobre estas, o Tratado de Versalhes condenou a Alemanha a pagar de imediato 20 bilhões de marcos-ouro até que a responsabilidade total do país pudesse ser efetivamente calculada pela Comissão de Reparação, a qual era composta por membros do bloco dos países aliados. Essa quantia inicial poderia ser paga em dinheiro e também em produtos diversos, como carvão, madeira e produtos químicos (Marks, 2003, p. 44).

Durante os anos em que não se tinha em mão o valor fixado pela Comissão, a Alemanha teve margem para propagar reclamações sobre um cheque que ainda estava em branco<sup>6</sup> (Marks, 2003, p. 15). Além disso, o país não cumpriu com os pagamentos previamente estipulados, transferindo apenas 8 bilhões de marcos-ouro no período entre maio de 1919 e maio de 1921. Um valor muito abaixo do pagamento interino estabelecido, de 20 bilhões de marcos-ouro. Em defesa da Alemanha, Keynes (2002, p. 25) escreve que esses 8 bilhões correspondem a um alto percentual da renda nacional alemã, cerca de 20% da renda do ano de 1921. Ocorre que, dois anos após a assinatura do Tratado de Versalhes, em 27 de abril de 1921, a Comissão de Reparação anunciou sua decisão: a Alemanha deveria pagar um montante em 132 bilhões de marcos-ouro<sup>7</sup>. A distribuição desses pagamentos, conforme relatado oficialmente pela Comissão, seria

---

<sup>6</sup> Alguns números discutidos na conferência de Versalhes foram tão astronômicos, que chegaram a ser 16 vezes maior que o montante definido em 1921 (Marks, 2003, p. 15).

<sup>7</sup> Na verdade, este valor simbolizava um compromisso. Tratava-se de um montante quatro vezes menor do que o pretendido pelos franceses, mas ainda assim era uma quantia aceitável (Maier, 1988, p. 241). Entretanto, há divergência entre os autores quanto ao valor das cifras impostas a Alemanha, pois estes utilizaram diferentes taxas de conversão. Para Bubholz (2002), eram 132 bilhões de marcos-ouro. Já para Bresciani-Turroni (1989), eram 136 bilhões de marcos-ouro e Reis (2005) calculava 90 bilhões de marcos-ouro (Hackl, 2005, p. 22). Dessa maneira, este trabalho seguirá à luz das referências de Schacht, onde em sua autobiografia ele reconhece que há discordância de valores, sendo a primeira cifra tornada pública a do ministro francês das finanças, Klotz, de 450 bilhões de marcos-ouro. Mais adiante, Schacht diz que foi no Ultimato de Londres, no ano de 1921, que “as reparações foram fixadas definitivamente em 120 bilhões de marcos-ouro” (Schacht, 1999, p. 230).

dividida entre as várias potências aliadas e associadas. O rateio, se feito proporcionalmente, se daria da seguinte maneira: França, 52%; Império Britânico, 22%; Itália, 10%; Bélgica 8%; e outros, 8% (Fisk, 1924, p. 254).

Em 24 de abril de 1921, poucos dias antes do anúncio da comissão, os franceses haviam sugerido na conferência de Hythe, na Inglaterra, que houvesse uma ocupação imediata do Vale do Ruhr para forçar a Alemanha a produzir um plano de pagamentos. Os ingleses então intervieram, dizendo que o Tratado de Versalhes só permitia a ocupação do Ruhr como uma espécie de “sanção” por inadimplência, não como meio de pressão. A preocupação francesa era justificável, pois seria ela quem mais se sacrificaria se houvesse uma redução do valor das reparações, dada a sua parcela a ser recebida (52%) (Maier, 1988, p. 240; Lewis, 2003, p. 28). Todavia, os reclames franceses não foram considerados, e em 5 de maio do mesmo ano houve uma flexibilização desse montante estipulado pela Comissão de Reparação. Neste episódio, a França fez oposição à flexibilização dos pagamentos, enquanto os delegados belgas e italianos concordaram com os britânicos que Berlim simplesmente não poderia pagar a dívida inicialmente estipulada, pois culminava em um “impossível” montante de 8 bilhões de marcos-ouro a ser pago por ano. Isso irritou ainda mais a França, porque dias antes ela havia concordado em deixar a Bélgica receber o primeiro bilhão de marcos a ser pago pela Alemanha (Maier, 1988, p. 242).

Essa flexibilização ocorreu no chamado Ultimato de Londres, e fez cair em mais da metade o então cronograma de pagamentos, tornando os 132 bilhões marcos-ouro apenas um cálculo burocrático. No novo acordo, ficou estabelecido que a dívida alemã seria reduzida para 50 bilhões de marcos-ouro (já incluindo os 12 bilhões não pagos dos primeiros 20 bilhões), a ser paga com base em um complexo cronograma de depósito de dinheiro e entrega de mercadorias, como o carvão, com vistas a pagar os juros e amortizações destes 50 bilhões de marcos-ouro (Marks, 2003, p. 45). Neste novo acordo, diante da unânime ameaça dos países aliados em invadir o Vale do Ruhr, caso não aceitasse os termos da agenda, a Alemanha se comprometeu a efetuar um pagamento de 2 bilhões de marcos-ouro no início de cada ano. Uma quantia fixa que, somada a um pagamento de quantia variável, iria aumentar o montante gradativamente até chegar à cifra de 6 bilhões de marcos-ouro por ano, totalizando 120 bilhões de marcos-ouro ao final do período, que seria de mais ou menos 40 anos (Schacht, 1999, p. 230).

Mesmo com a flexibilização proposta na Conferência de Londres (1921), a Alemanha alegava serem “pagamentos economicamente impossíveis e socialmente intoleráveis” (Schacht, 1931, p. 20). Isso porque os pagamentos anuais fixados na conferência correspondiam a 10% da renda nacional alemã, e para que essa transferência fosse exequível, o saldo da balança comercial da Alemanha deveria ser o equivalente a 80% das exportações em 1920-1921. Entretanto, o país enfrentava competição direta com as exportações dos antigos inimigos, o que, na concepção de Keynes (2002, p. 25), inviabilizava política e economicamente o pagamento das reparações.

Marks (2003, p. 57) vai de encontro a esse pensamento Keynesiano, e diz que o pagamento das reparações era sim viável economicamente, mas não politicamente. Isso

porque, em meio a um período de sérias perturbações internas (1923-1924), a exemplo da latente hiperinflação alemã, houve uma reorganização das finanças alemãs por meio do Plano Dawes<sup>8</sup>. O principal objetivo deste plano era de retomar a confiança dos agentes dentro e fora da Alemanha, mantendo o capital alemão dentro do país, mas também atraindo capital estrangeiro, o que viabilizaria economicamente o pagamento das reparações. Marks (2003) trata o Plano Dawes como ambíguo porque fatores políticos externos, sob supervisão norte-americana, determinariam o destino da Alemanha.

Como analisam Couto e Hackl (2007), o relatório final do Plano Dawes, assinado em agosto de 1924, não teve reparações fixadas. Porém, ele continha os seguintes pontos principais: i) reforma monetária para estabilizar o marco (que já havia sido feita por Schacht; ii) criação de novos impostos para sanar o déficit público; iii) revisão dos valores das reparações; iv) empréstimos oferecidos pelos EUA; v) retirada de parte das tropas francesas da Alemanha; e vi) reestruturação do Reichsbank, com a introdução de um ente fiscalizador.

No entanto, o Plano Dawes era politicamente ambíguo, e essa instabilidade política do plano levou a discussão não mais para o quanto a Alemanha pagaria, mas sim se ela pagaria. Não obstante, o valor que o governo alemão considerava viável pagar era de uma quantia máxima de 20 bilhões de marcos-ouro, um sexto da quantia fixada no Ultimato de Londres. Para Schacht, esses 20 bilhões eram apropriados porque a Alemanha já havia pago muito mais do que lhe era viável, visto que ela entregou materiais e territórios aos países aliados. Segundo o economista, no período compreendido entre 1919 e 1924, a Alemanha pagou efetivamente o equivalente a 29 bilhões de marcos-ouro, cerca de 6,9 bilhões de dólares<sup>9</sup>.

Naturalmente, a Comissão de Reparções não aceitou esses números ao registrar os créditos pagos na conta das reparações do Tratado de Versalhes, isso porque, com exceção dos pagamentos em dinheiro, os bens materiais (alimentos, carvão, produtos carboníferos, químicos e manufaturados, e material de construção) têm um valor diferente para quem paga e quem recebe. À vista disso, entende-se que os valores pagos não foram devidamente contabilizados pela Comissão de Reparções, mas sim considerados os mais baixos possíveis, a exemplo do carvão, que foi creditado a preço interno e não nas taxas do mercado internacional (Schacht, 1931, p. 20).

Um fator comum entre alemães e aliados é que o primeiro pagamento das reparações, estabelecido na agenda de Londres (2 bilhões de marcos-ouro), foi feito integralmente em moeda. Porém, os demais pagamentos, datados para janeiro de 1922 e de 1923, foram muito aquém dos níveis fixados, o que levou à efetiva ocupação do Vale do Ruhr pelos franceses e belgas no dia 11 janeiro de 1923 (Maier, 1988, p. 242). Embora

---

<sup>8</sup> Essas perturbações internas na República de Weimar (1919-1933) só cessaram com um acordo entre industriais, governo alemão e aliados, culminando na estabilização monetária alemã e na negociação do Plano Dawes, em 1924 (SCHACHT, 1931, p. 40).

<sup>9</sup> O valor de 6,9 bilhões de dólares foi calculado por meio da paridade do Rentenmark com o dólar, estabelecida em 1923 pelo Reichsbank da seguinte maneira: 1 marco-ouro = 1 Rentenmark; e 4,2 Rentenmarks = 1 Dólar; logo, 1 marco-ouro = 0,2380 dólares.

essa invasão já estivesse cogitada, ainda assim causou murmúrios ao ser efetivada. Afinal, a rica região do Ruhr era o grande centro da produção de ferro e carvão do país. Essa invasão ao coração industrial da Alemanha, somada a outras perdas territoriais, como da região do Sarre e da bacia do Reno, custou 80% de seus recursos de minério de ferro e 40% dos seus altos-fornos, o que reduziu drasticamente a base econômica alemã (Lehmann-Hasemeyer; Opitz, 2017, p. 11).

Tal como o ocorrido no Vale do Ruhr, mesmo no entreguerras, as disputas por território continuavam intensas, o que impactou diretamente o território do império alemão, que passou de 2.915.069 km<sup>2</sup> para apenas 540.000 km<sup>2</sup>. Neste caso em específico, a Alemanha não somente “cedeu” todas as suas colônias no ultramar, mas foi desapossada de importantes territórios particularmente ricos em produtos agrícolas e minerais (Hobsbawm, 1995, p.41).

O Tratado de Versalhes fez com que a Alemanha perdesse 10% de sua população e 13,5% de seu território comparado ao período antes da guerra. “Ela perdeu suas colônias, Alta Silésia, Alsácia-Lorena, distrito de Sarre, a maior parte do território de Posen e parte da Prússia Ocidental, Schleswig, Danzig, a parte báltica do território de Memel, os distritos fronteiriços ocidentais da Europa, entre outros territórios” (Braun, 1990, p. 33). Assim, o país passou a depender cada vez mais de importações de produtos alimentícios e matérias-primas, pois as regiões perdidas no Tratado eram particularmente mais ricas no quesito da agricultura e da indústria. Além disso, os alemães perderam 15% das terras cultiváveis, 75% dos depósitos de minério de ferro e a capacidade de produção de ferro-gusa foi reduzida a 44%, a de aço em 38% e de carvão em 26% (Braun, 1990).

Ainda assim, as perdas territoriais alemãs foram talvez maiores do que o esperado, mas não excepcionalmente exageradas, se comparadas com os termos pretendido pela Alemanha, caso ela tivesse vencido a guerra. Também cabe dizer que durante a IGM o povo alemão não havia sofrido invasão territorial, o que contribuiu para que o seu dano material fosse praticamente inexistente. Visto que o povo alemão não sentiu os conflitos da guerra em seu solo, este ficou convencido, por si mesmo, que não havia perdido a guerra. Dessa forma, qualquer diminuição do seu território, ou qualquer restrição deste era considerada injusta, por definição. (Marks, 2003, p. 18; Moses, 2015).

Com isso, observa-se que em Versalhes, na Conferência da Paz, prevaleceu a máxima de Richelieu, que diz que em política os fracos (e os vencidos) nunca têm razão. Certamente, esta frase se aplica à IGM, principalmente por se tratar de uma guerra com mais de trinta beligerantes, onde, entre os vencedores, estão grandes impérios como o britânico, russo e o francês (Lousada, 2016, p. 390). Não obstante, com o passar dos anos, a Alemanha conseguiu reverter o jogo, e ao longo dos desdobramentos dos pagamentos das reparações, ela foi dando passos rumo à paralisação do pagamento das reparações. Assim, em meio ao caos do *crash* da bolsa de valores de Nova York, em 1929, era necessário um novo plano. A partir disso, foi criado o Plano Young que acabou se sobrepondo ao Plano Dawes – principalmente porque o plano Dawes não definia o valor a ser pago pelas reparações. Como explicam Couto e Hackl (2007), as reparações não estavam sendo realmente pagas, pois a Alemanha quitava as dívidas com dinheiro

emprestado, e não com os excedentes da balança comercial. Desta forma, foi realizada, em fevereiro de 1929, novamente em Paris, uma nova Conferência. Presidida pelo financista norte-americano Owen Young, a Conferência tinha duas questões principais a serem resolvidas: a quantia que deveria ser paga anualmente e a capacidade da Alemanha em transferir essa quantia em moeda estrangeira, sem prejudicar o crescimento de sua economia.

O Plano Dawes não havia fixado em específico nenhum montante a ser pago. Dessa forma, o Plano Young supriu esta necessidade ao estabelecer que o montante total das reparações ficou US\$ 26,36 bilhões, o equivalente a 121 bilhões de *Reichsmark*. De acordo com este novo plano, os pagamentos seriam findados em 1988, de modo que as parcelas se dariam da seguinte maneira: “1,6 bilhões de *Reichsmark* deveriam ser pagos em janeiro de 1930 com anuidades aumentando para 2,3 bilhões de *Reichsmark* em 1987. A anuidade final a ser paga em 1988 seria de 898 milhões *Reichsmark*” (Braun, 1990, p. 46).

Cabe aqui ressaltar que, para Schacht, as reparações de guerra já estavam totalmente pagas, conforme demonstrou em uma prestação de contas que ele fez em 1931, nos EUA, acerca do que entrou e saiu do país nos seis anos após a inflação (1924-1930). O economista também aproveitou o ensejo para falar abertamente sobre o quanto de propriedade alemã havia ficado com o exterior após a guerra, sem que isso fosse classificado como reparações, embora fosse; tratava-se de uma quantia de cerca de 148 bilhões de marcos-ouro, como consta na descrição abaixo<sup>10</sup>:

Durante os cinco anos em que o Plano Dawes estava funcionando, de setembro de 1924 a 31 de agosto de 1929, a Alemanha pagou cerca de 8 bilhões de marcos, aproximadamente metade em dinheiro e metade em material. Até a invasão do Ruhr, a Alemanha pagou indenizações no valor de 29 bilhões de marcos. [...] Além disso, a Alemanha perdeu 11 bilhões pela apreensão de propriedades privadas no exterior, e a perda das suas colônias somam um valor de 80 a 100 bilhões de marcos. Os próprios custos da guerra da Alemanha chegavam a cerca de 150 bilhões, a maioria dos quais, uma vez que dificilmente poderia ser criado novo capital durante a guerra, foi tirado diretamente do suprimento nacional de capital. As perdas da Alemanha pela inflação não podem ser contadas. E sobre esta economia nacional flagelada, o Plano Young ainda impôs uma nova carga de obrigações futuras, cujo valor presente é de 40 bilhões de marcos (SCHACHT, 1931, p. 22).

Foi então convocada a Conferência de Laussane, na Suíça, em junho de 1932, para colocar em pauta o futuro dessas obrigações<sup>11</sup>. Nesta conferência, a Alemanha conseguiu

---

<sup>10</sup> Não foram considerados os ônus com as tropas de ocupações e nem os custos de guerra, pois entende-se que os demais participantes da guerra também tiveram esses gastos. Além disso, ao converter esses 148 bilhões de marcos-ouro, usando a métrica já exposta anteriormente (1 marco-ouro = 0,2380 dólares), obtemos o valor de 35,2 bilhões de dólares.

<sup>11</sup> A conferência de Lausanne também recomendou que houvesse uma Conferência Econômica Mundial, que foi devidamente convocada para junho de 1933, em Londres. Grandes esperanças foram firmadas nessa conferência, que seria o ápice dos esforços internacionais para lidar com a depressão mundial. Sua agenda foi cuidadosamente preparada por reuniões preliminares de “especialistas”. Sua ênfase era principalmente sobre o que era necessário para reviver o comércio internacional: reduzir as tarifas, restaurar o padrão-ouro e

cancelar praticamente todos os seus compromissos de reparação, sendo que dos 120 bilhões prescritos em 1921, apenas 10% havia sido pago, segundo os aliados. Além disso, permaneceram pendentes os mais de 20 bilhões pagos em empréstimos externos até o ano de 1930. Ou seja, os governos aliados embolsaram os dez a doze bilhões referentes às reparações, mas os investidores privados estrangeiros “perderam” o dinheiro emprestado à Alemanha (Marks, 2003, p. 150). Como enfatiza Cervo (2001), a Alemanha suspendeu os pagamentos das reparações em 1931, logo após o Plano Young entrar em vigor. Assim, na Conferência de Lausanne de 1932, as reparações alemãs foram perdoadas, o que fez com que França e Grã-Bretanha suspendessem o pagamento de suas dívidas com os EUA, alegando dificuldades financeiras pelo não pagamento das reparações.

Também é necessário ressaltar que a grande crise de 1929 afetou duramente a Alemanha. Houve um aumento exponencial do desemprego, devido a uma brusca queda nas atividades produtivas e, conseqüentemente, na demanda por trabalho. Entre 1929 e 1933, 9 milhões de alemães perderam seus empregos. A partir disso, fica clara a dificuldade que a nação germânica teria de continuar pagando as reparações de guerra (Gazier, 2009).

Destarte, a Tabela 3 a seguir apresenta cronologicamente todas as medidas engendradas e implementadas a fim de receber da Alemanha o que era devido das reparações. Todavia, muitas foram as barreiras encontradas, e após mais de 10 anos de tentativas malsucedidas, a moratória de Hoover suspendeu tanto o pagamento das reparações quanto as dívidas de guerra interaliadas (Schacht, 1956, p. 154; Keynes, 2002, p. 25-26).

**Tabela 3 – Os Desdobramentos dos Pagamentos das Reparações Segundo os Aliados e Segundo a Alemanha (1919-1932) em bilhões de marcos.**

<b>Data</b>	<b>Ocasião</b>	<b>Total a pagar</b>	<b>Pago (2º Aliados)</b>	<b>Pago (2º Alemanha)</b>
<b>Jun. /1919</b>	Tratado de Versalhes	20 Bilhões <sup>1</sup>	8 Bilhões	111 Bilhões <sup>2</sup>
<b>Abr. / 1921</b>	Comissão Reparação	132 Bilhões	-	29 Bilhões <sup>3</sup>
<b>Mai / 1921</b>	Ultimato de Londres	120 Bilhões	2 Bilhões	-
<b>Ago. /1924</b>	Plano Dawes	Não estabelecido	2 Bilhões	8 Bilhões
<b>Jul. / 1929</b>	Plano Young	121 Bilhões	-	-
<b>Jul. / 1931</b>	Moratória de Hoover	Suspensão	-	-

retomar o fluxo de empréstimos internacionais. Mas o evento nunca aconteceu, além do que, em abril de 1933, os EUA deixaram o padrão-ouro (Lewis, 2003, p. 67).

Jun. / 1932	Conferência de Laussane	Cancelamento		
	<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>12 Bilhões</b>	<b>148 Bilhões</b>

Fonte: Schacht (1931;1999). Elaboração própria dos autores.

Notas: 1. Na ocasião do Tratado de Versalhes havia cláusulas a respeito da entrega de territórios no continente europeu e de colônias ultramarinas. 2. Os alemães alegam que a apreensão das suas propriedades privadas no exterior equivale a um total de 11 bilhões de marco, e suas colônias somam um valor de 100 bilhões de marco. 3. A Alemanha alega que destes 29 bilhões, apenas 2 bilhões foram pagos em dinheiro. O restante se deu em mercadorias e materiais marítimos e rodoviários.

Por fim, em Laussane, as nações europeias presentes só concordaram em eliminar a maioria das reparações alemãs mediante o perdão das suas próprias dívidas de guerra por parte dos EUA. Os EUA, porém, não aceitaram a proposta, mas depois de algum tempo, os países simplesmente pararam de pagar, alegando dificuldades financeiras, agravadas pelo não pagamento das reparações por parte da Alemanha. No final de 1933, o único país que ainda pagava dívidas de guerra era a Finlândia (Lewis, 2003, p. 65).

Dessa maneira, é possível traçar uma linha de conclusão lógica que inicia no Plano Dawes, perpassa o Plano Young e chega a inevitável e pacífica paralisação do pagamento das reparações. Nas palavras de Eichengreen (1992, p. 286), “o Plano Young foi a última grande emissão estrangeira em nome da Alemanha”, o qual, quinze meses após seu nascimento, deitou-se no leito de morte por ocasião da moratória de Hoover. Portanto, assim estava selado o fim das reparações, e Schacht enfim conseguiu seu grande feito: as reparações, já mortas, estavam agora efetivamente enterradas (Eichengreen, 1992, p. 362; Schacht, 1931, p. 39; 1999, p. 328 e 344).

## Conclusões

As turbulentas e penosas questões do pós-guerra na Europa (inflação, contas públicas, reinserção dos combatentes, reconstrução da produção industrial e agrícola, reparações, dívidas de guerra, etc.) ocorreram em meio a um ambiente em que o revanchismo e a rivalidade se sobrepunham à cooperação. Além disto, observa-se também que o fascínio do ouro marcou de maneira decisiva a economia mundial no entreguerras, de modo que antes mesmo do final do conflito, o retorno ao padrão-ouro era entendido como condição essencial da volta à normalidade.

A Alemanha, assim como diversos países europeus (Suécia, Áustria, Alemanha, Hungria, Holanda, Suíça, entre outros), reestabeleceu a paridade fixa de sua moeda com o ouro no período compreendido entre 1922 e 1924. (Mazzucchelli; 2009) Isto porque, embora debilitada financeiramente, possuía certa autonomia na condução da sua economia, pois no comando do *Reichsbank* estava Hjalmar Schacht. Este economista conseguiu realizar com êxito a estabilização monetária alemã sem ajuda dos EUA. Este feito foi resultado de uma ação conjunta de diversos fatores e circunstâncias, sendo a principal delas a firme disposição de Schacht para implementar políticas contractionistas nos planos fiscal e monetário.

Assim, a Alemanha pôs fim à hiperinflação e reconstruiu sua credibilidade no cenário internacional. Porém, no que toca o pagamento das reparações, esta foi retirada de foco. Afinal, Schacht lutava para colocar fim a estes reparos, pois acreditava que tais pagamentos eram injustos e imorais. Visto isto, dos 132 bilhões de marcos-ouro estabelecidos em 1921, apenas 12 bilhões foram efetivamente pagos ao fim da década de 1920.

Ele, que renunciou ao seu posto de presidente do *Reichsbank* em 06 de março de 1930, deixa um grande legado. Tendo desempenhado um relevante papel tanto no controle da inflação de 1923, quanto na articulação da política interna e nas reparações de guerra. Seu nome ficou conhecido como “aquele que conhecia os segredos da moeda no sistema capitalista”, e por mérito participou ativamente da execução da política econômica na República de Weimar e no Terceiro Reich, sendo nomeado presidente do *Reichsbank* (1924 -1930 / 1933 -1939) e ministro da Economia (1934 -1937).

Sob seu comando o futuro desenvolvimento da Alemanha não foi obstruído pelo empobrecimento momentâneo. Na década de 1930, o mundo conheceu Schacht como o Czar econômico do nazismo e um dos mais poderosos e influentes homens do *Führer*. Outrossim, este mesmo homem foi absolvido pelo Tribunal Militar Internacional, realizado na cidade de Nuremberg (1946), por apresentar reais atos de resistência à política nazista.

## Referências Bibliográficas

ABREU, M. P. Keynes e as Consequências Econômicas da Paz. In: KEYNES, J. M. **As Consequências Econômicas da Paz**. Editora Universidade de Brasília. Brasília/DF, 2002

ARAÚJO, G. Uma Revolução que não Deve Ser Esquecida: Alemanha, 1918-1923. **História Social**. Campinas, v. 17, n.2, p. 49-73, 2009. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/viewFile/273/248>. Acesso em 5 de julho de 2019.

ARTHMAR, R. Os Estados Unidos e a Economia Mundial no Pós-Primeira Guerra. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 1, n.29, p. 97-117, 2002. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2156>. Acesso em 5 de julho de 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X012022011>.

ARTHMAR, R. Política e economia na Terceira República francesa: Emile Moreau e a batalha do franco. **Topoi**. Rio de Janeiro, v. 12, n.22, p. 187-208, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v12n22/1518-3319-topoi-12-22-00187.pdf>. Acesso em 5 de julho de 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2237-101X012022011>

BRAUN, H. J. **The German Economy in the Twentieth Century**. London: Ed. Routledge, 1990. DOI: <https://doi.org/10.4324/9780203832455>

BONNEFOUS, É. **Histoire politique de la Troisième République: Cartel des Gauches et Union Nationale (1924-1929)**. Paris: Ed. Presses Universitaires de France, 1960.

BECKER, J. J. **O Tratado de Versalhes**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

BRITISH COUNCIL. **Remember the world as well as the war**. Exter: University of Exeter. 2014. Disponível em: <https://www.britishcouncil.org/sites/default/files/remember-the-world-as-well-as-the-war-report.pdf>. Acesso em 5 de julho de 2019.

CERVO, A. L. A Instabilidade Internacional (1919-1939). In: SARAIVA, J. F. (Org.). **Relações Internacionais Dois séculos de história - Entre a preponderância europeia e a emergência americano-soviética (1815-1947)**. Vol I. Brasília: IBRI, 2001, p. 173-219.

COUTO, Joaquim Miguel; HACKL, Gilberto Melo. Hjalmar Schacht e a Economia Alemã (1920-1950). **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 16, n.3, p. 311-334, 2007.

DOI: [http://dx.doi.org/10.1590/S0104\\_06182007000300002](http://dx.doi.org/10.1590/S0104_06182007000300002)

COSTIGLIOLA, F. **Awkward Dominion: American economic political, and cultural relations with Europe, 1919-1933**. Ithaca: Ed. Cornell University Press, 1984.

EICHENGREEN, B. **Golden Fetters: The gold standard and the great depression, 1919-1939**. 1. ed. New York: Ed. Oxford University Press, 1992. 448p.

DOI: 10.1093 / 0195101138.001.0001

FERRIS, J. R. The Elements of Strategic Policy, 1919–26. In: FERRIS, J. R. **The Evolution of British Strategic Policy - 1919–1926**. London: Ed. Palgrave Macmillan, 1989, p. 31-52.

FISK, H. E. **The Inter-Ally Debts: An analysis of war and post-war public finance, 1914-1923**. New York: Ed. Bankers Trust Co., 1924.

GAZIER, Bernard. **A Crise de 1929**. L&PM POCKET. 2009.

HASTINGS, M. **Catástrofe - 1914: A Europa vai à guerra**. Rio de Janeiro: Ed. Intrínseca, 2014.

HACKL, G. M. **Hjalmar Schacht e a Economia Alemã na Primeira Metade do Século XX**. Paraná: UEM, 2005 (Monografia de Graduação em Ciências Econômicas da UEM).

HOBSBAWM, E. **A Era dos Impérios: 1875-1914**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.

HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1995.

KEYNES, J. M. **As Consequências Econômicas da Paz**. São Paulo: Ed. da Universidade de Brasília, 2002. Disponível em: [http://funag.gov.br/biblioteca/download/42As\\_Consequencias\\_Economicas\\_da\\_Paz.pdf](http://funag.gov.br/biblioteca/download/42As_Consequencias_Economicas_da_Paz.pdf). Acesso em 5 de julho de 2019.

LEHMANN-HASEMEYER, S.; OPITZ, A. The Value of Political Connections in the First German Democracy: Evidence from the Berlin stock exchange. **Hohenheim Discussion Papers in Business, Economics and Social Sciences**. Hohenheim, n. 24, p.1-55, 2017. Disponível em: <https://economics.unihohenheim.de/organisation/>

publikation/the-value-of-political-connecions-in-the-first-german-democracy-evidence-from-the-berlin-stock-exchange. Acesso em 5 de julho de 2019.

LEWIS, A. **Economic Survey: 1919-1939**. London: Ed. Routledge, 2003.

LOUSADA, A. P. As Transformações e Lições da Grande Guerra. **Revista Militar**. Lisboa, v.68, n.5, p.389-428, 2016. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1122>. Acesso em 5 de julho de 2019.

MAIER, C. **Recasting Bourgeois Europe: Stabilization in France, Germany, and Italy in the decade after World War I**. Princeton: Ed. Princeton University Press, 1988.

MARKS, S. **The Illusion of Peace: International relations in Europe, 1918-1933**. New York: Ed. Macmillan, 2003.

MAZZUCHELLI, F. **Os Anos de Chumbo: Economia e política internacional no entreguerras**. Campinas: Ed. UNESP-FACAMP, 2009.

MOULTON, H.; LEWIS, C. **The French Debt Problem**. New York: Ed. Macmillan, 1926. DOI: <https://doi.org/10.1177/000271622612800131>

MOSES, J. The War Guilt Question: A note on politics and historiography in the Weimar Republic. **Australian Journal of Politics and History**. Canberra, v.61, n.1, p. 128-134, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1111/ajph.12091>

NOGUEIRA, F. S. P. S. O Papel dos EUA e da URSS na Reconstrução do Estado alemão na República de Weimar. **Revista de Economia Política e História Econômica**. São Paulo, v.7, n. 22, p. 73-117, 2010. Disponível em: [arquivos.info.ufrn.br/.../Revista\\_de\\_economia\\_poltica\\_e\\_histria\\_economica..pdf](http://arquivos.info.ufrn.br/.../Revista_de_economia_poltica_e_histria_economica..pdf). Acesso em: 5 de julho de 2019.

ORDE, A. **British Policy and European Reconstruction after the First World War**. Cambridge: Ed. University Press, 1990. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511522949>

REIS, B. C. Portugal e as Pequenas Potências na Grande Guerra de 1914-1918. **Relações Internacionais**. Lisboa, n.42, p.35-61, 2014. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S164591992014000200004](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S164591992014000200004). Acesso em 5 de julho de 2019.

SCHACHT, H. **The End of Reparations**. New York: Ed. J. Cape & H. Smith, 1931.

SCHACHT, H. **Confessions of the Old Wizard: The autobiography of Hjalmar Horace Greeley Schacht**. Boston: Ed. Houghton Mifflin, 1956.

SCHACHT, H. **The Magic of Money**. London: Ed. Oldbourne, 1967.

SCHACHT, H. **Setenta e Seis Anos de Minha Vida: A autobiografia do mago da economia alemã da República de Weimar ao III Reich**. São Paulo: Ed. 34, 1999.